

Prefeitura Municipal de Timon

Luciano Ferreira de Sousa
Prefeito Municipal

João Rodolfo do Rêgo Silva
Vice – Prefeito

Órgão destinado à publicação dos atos
Oficiais do Município

Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV
Email: semgov@timon.ma.gov.br

João Batista Lima Pontes
Secretário Municipal

Alberto Carlos da Silva
Assessor Especial Executivo

Agência de Tecn. Ciência e Inovação - ATI
Suporte Técnico



DECRETO Nº 0200, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre procedimentos e prazos relativos ao encerramento do exercício de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMON, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município (LOM), e

CONSIDERANDO o prazo para a apresentação da prestação de contas anual do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Timon, Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO as normas de Direito Financeiro da Lei nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal Nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas, voltadas para a gestão Fiscal;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 073 de 20 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar não Processados inscritos em 31 de dezembro de 2017 e exercícios anteriores;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 074 de 20 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar Processados inscritos em 31 de dezembro de 2014 e exercícios anteriores;

CONSIDERANDO o previsto no Decreto Municipal nº 076 de 20 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Os Órgãos da Administração Direta, as Entidades Autárquicas e Fundacionais e, inclusive, os Fundos Especiais, obedecerão, para o encerramento do exercício financeiro de 2020, as disposições de caráter orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial contidas neste Decreto.

Art. 2º. As Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta utilizarão as disponibilidades das suas dotações orçamentárias, devendo realizar seus atos nos seguintes prazos:

I - até 20 de novembro de 2020, solicitar oficialmente junto a Coordenação Geral de Contabilidade relação de Empenhos a Pagar.

II - até 27 de novembro de 2020, encaminhar ofício para a Contabilidade Geral com a relação dos empenhos que deverão ser anulados observando que: dos Empenhos Globais e por Estimativas, no valor dos saldos que não serão utilizados até o final do exercício; dos Empenhos Ordinários não liquidados, cujo implemento de condição não ocorra até a data prevista no inciso VI deste artigo.

III - até 30 de novembro de 2020, encaminhar pedido de créditos adicionais ao orçamento vigente à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLAN para as devidas suplementações que se fizerem necessárias;

IV - até 02 de dezembro de 2020, emitir Nota de Empenho para as despesas de caráter continuado;

V - até 13 de dezembro de 2020, enviar processos de despesa para análise e registro na Controladoria Geral do Município – CGM

VI - até 20 de dezembro de 2020, emitir Nota de Liquidação.

§ 1º. os prazos de que trata este artigo não se aplicam para as despesas com Pessoal e Encargos, Amortização e Juros da Dívida Pública, Convênios e Contrapartidas, despesas nas funções governamentais, "10 - Saúde", "12 - Educação", recursos Fundo a Fundo, FUNDEB, Sentenças Judiciais, Recursos Vinculados e Recursos Diretamente Arrecadados pelos Órgãos e Entidades da Administração Indireta, até o limite da efetiva arrecadação, cuja movimentação financeira poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2020.

§ 2º. os recursos de Suprimento de Fundos só poderão ser tomados até 10 de novembro de 2020.

§ 3º. até 15 de dezembro de 2020, os saldos financeiros dos Suprimentos de Fundos que não foram aplicados pelos tomadores, obrigatoriamente, deverão ser recolhidos ao Município através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, como Receitas de Restituições.

§ 4º. o Documento de Arrecadação Municipal – DAM de que trata o parágrafo anterior deverá ser anexado à Prestação de Contas dos Suprimentos de Fundos.

§ 5º. até 20 de dezembro de 2020, as prestações de contas de todos os Suprimentos de Fundos concedidos deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município.

§ 6º. Até 30 de dezembro de 2020 a Controladoria Geral do Município, deverá encaminhar os processos de Suprimentos de Fundos com seus respectivos pareceres.

§ 7º. até 15 de janeiro de 2021 todas as Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta remeterão à Coordenação Geral de Contabilidade do Município – CGCM as Prestações de Contas relativas ao mês de dezembro/2020, imprerivelmente.

Art. 3º. A inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas no exercício de 2020 dar-se-á em conformidade com os seguintes critérios:

I – os Restos a Pagar Processados e Não Processados de despesas não vinculadas, apenas serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício financeiro, obedecida a indicação do recurso.

II – os Restos a Pagar Processados e Não Processados de despesas vinculadas, apenas serão inscritos até o limite das disponibilidades de caixa, por fonte de recursos, apuradas no encerramento do exercício financeiro, nas respectivas contas bancárias obedecidas a indicação dos recursos.

III – havendo Restos a Pagar Não Processados o gestor deverá enviar, através de ofício à Coordenação Geral de Contabilidade do Município – CGCM, os extratos bancários com a disponibilidade financeira, e/ou justificativa para inclusão do saldo de Restos a Pagar Não Processados.

IV – o ato de anulação de Empenhos ou Restos a Pagar ou a inscrição em Restos a Pagar Processados e Não Processados é de responsabilidade do gestor de cada Unidade Orçamentária da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único. Para efeito de inscrição de Restos a Pagar Processados, observado o princípio da competência da despesa, os compromissos assumidos, cujo implemento de condição tenha ocorrido no exercício de 2020, deverão ter seus empenhos liquidados até 30 de dezembro de 2020.

Art. 4º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal providenciarão o cancelamento de eventuais saldos de empenho inscritos em restos a Pagar, observando os seguintes critérios:

- I - Restos a Pagar atingidos pela prescrição quinquenal;
- II - Restos a Pagar não Processados e não liquidados no prazo de até 01 (um) ano, contados da data de suas respectivas inscrições;
- III - Restos a pagar decorrentes de:

- a) Empenho realizado por estimativa, cuja despesa foi executada, liquidada e paga em sua totalidade restando saldo de empenho que, por conseguinte, foi inscrito em Restos a Pagar não Processados;
- b) Empenho para atender despesa decorrente de contrato administrativo cujo objeto não foi executado (sem prestação de serviço ou fornecimento de material) e a vigência do instrumento resta expirada;
- c) Empenho para pagamento de obrigações (boletos, DARF e outros semelhantes) que, se não pago no prazo definitivo, implicará na incidência de multas e juros e, consequentemente, na geração de novo demonstrativo para pagamento no exercício vigente;
- d) Empenho para pagamento de obrigação ou dívida inserida em parcelamento previsto em lei ou decorrente de negociação com o credor, assim como os créditos de fornecedores ou prestadores de serviços inscritos em precatórios ou pagos em decorrência de decisão judicial;
- e) Empenho para a realização de despesa com diárias e suprimentos de fundos, ainda que processadas, que tenham perdido a objetividade pela sua não efetivação;

§ 1º. Excetuam-se dos cancelamentos previstos neste artigo os Restos a Pagar:

I – considerados para fins de aplicação:

- a) No Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
 - b) Mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), prevista no art. 212 da Constituição Federal;
 - c) Mínima de 15% (quinze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde, prevista no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II – que estejam *sub judice*.

§ 2º. O pagamento que seja reclamado em decorrência de cancelamento de Restos a Pagar poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, constante na Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 5º. Para fins de elaboração do Balanço Geral do Município e visando ao cumprimento do prazo da publicação dos relatórios definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os respectivos responsáveis deverão encaminhar a correspondente documentação diretamente à Coordenação Geral de Contabilidade do Município – CGCM, conforme disposições deste Decreto:

- I – Pela Procuradoria Fiscal, **até 14 de janeiro de 2021**, em obediência ao previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):
 - a) relatório das ações desempenhadas para recuperação de créditos na instância administrativa e judicial, conforme dispõe o artigo 58 da Lei Complementar nº 101/2000;
 - b) demonstrativos dos resultados alcançados pelas medidas adotadas, na sua área de competência, no que tange o artigo 13, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);
- II – Pelo Departamento de Arrecadação, da Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF, **até 31 de janeiro de 2021**:

- a) os Demonstrativos da Dívida Ativa Tributária e não Tributária por Natureza de Débito, com posição final em **31 de dezembro de 2020**;
 - b) relação das baixas da Dívida Ativa ocorridas no **exercício de 2020**, segregadas da seguinte forma: baixas pelo recebimento, baixas pelos abatimentos ou anistias previstas legalmente, e baixas pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição;
 - c) relação dos valores inscritos em dívida ativa que apresentam grande probabilidade de conterem em seu escopo créditos que não se realizarão, conforme o contido no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, aprovado pela Portaria STN nº 437, de 30 de julho de 2012.
 - d) ofício informando o desempenho da arrecadação em relação à previsão de todos os tributos da competência do Município, destacando as providências adotadas para efeito de fiscalização das receitas e de combate à sonegação, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições e as ações de recuperação de créditos na instância administrativa, nos termos do disposto no art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).
- III – Pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLAN, **até dia 31 de janeiro de 2021**:

- a) relação, em **31 de dezembro de 2020**, dos bens imóveis de propriedade do Município, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em arquivo em formato PDF pesquisável conforme Instruções Normativas e Resoluções do TCE-MA;
 - b) demonstrativo que apresente o valor do excesso de arrecadação ao final do exercício, por natureza de receita e fonte de recursos, e o confronto deste excesso com o valor do crédito adicional aberto no exercício por excesso de arrecadação;
 - c) leis e decretos de créditos adicionais abertos no **exercício de 2020** devidamente assinados e publicados de forma impressa e forma digital em formato PDF conforme Instrução Normativa TCE-MA.
- IV – Pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG, **até dia 31 de janeiro de 2021**:

- a) relação, em **31 de dezembro de 2020**, dos bens móveis patrimoniais de propriedade do Município segregados por Secretarias, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, impressa e em arquivo em formato PDF pesquisável conforme Instruções Normativas e Resoluções do TCE-MA;
- b) relação dos bens móveis públicos alienados e baixados, assim como dos incorporados ao patrimônio municipal, no decorrer do **exercício de 2020** conforme Instruções Normativas e Resoluções do TCE-MA;
- c) inventário de estoques dos materiais em almoxarifado, discriminando os itens com seus valores unitários e totais, em cada Órgão com saldo final em **31 de dezembro de 2020** conforme Instruções Normativas e Resoluções do TCE-MA;
- d) relatório das provisões de férias e 13º salário para o **exercício de 2021**.

V – Pelas Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive os Fundos Especiais integrantes da Administração Direta do Município, **até 14 de fevereiro de 2021**:

- a) as Demonstrações Contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), na forma dos ditames da Lei Federal nº 4.320/1964, relativas ao **exercício de 2020**, sem prejuízo dos procedimentos para a remessa das Contas Anuais por seus titulares.

Art. 6º. Até 31 de janeiro de 2021, os Órgãos e Entidades referidos no artigo 1º enviarão à Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV, o Relatório de Gestão dos produtos das ações finalísticas realizadas em 2020,

para subsidiar a elaboração do Relatório Circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do referido exercício, nos termos da Instrução Normativa do TCE/MA.

Parágrafo único. **Até 14 de fevereiro de 2021**, a Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLAN, o Relatório Circunstanciado do Prefeito sobre as atividades do **exercício de 2020**, nos termos da Instrução Normativa do TCE/MA.

Art. 7º. Até 17 de janeiro de 2021, a Câmara Municipal de Timon deverá encaminhar à Coordenação Geral de Contabilidade do Município – CGCM, a base de dados em back-up do sistema informatizado SCPI 8.0, referente ao mês de **dezembro/2020**.

Art. 8º. Os prazos estabelecidos para o encerramento do exercício financeiro de 2020 não se aplicam à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde, por força dos cumprimentos constitucionais, às despesas decorrentes de acordos judiciais, as despesas com pessoal e obrigações patronais, amortização e encargos da dívida pública.

Parágrafo único. Para as despesas consideradas urgentes, inadiáveis e necessárias, deverão ser analisadas e autorizadas oficialmente pelo Prefeito Municipal ou Secretário de Finanças do Município, cuja movimentação financeira poderá ocorrer **até 31 de dezembro de 2020**.

Art. 9º. São pessoas responsáveis pelo cumprimento de todas as normas estabelecidas neste decreto, na medida de suas competências, os Secretários Municipais e equivalentes, os Dirigentes de Entidades Autárquicas e dos Fundos e/ou Fundações, os Chefes dos Grupos Administrativos, Orçamentários e Financeiros Setoriais das Secretarias e/ou dos Setores equivalentes na Administração Direta e Indireta.

Art. 10. O descumprimento dos prazos fixados neste Decreto implicará na responsabilidade do Gestor no âmbito de sua área correspondente, ensejando apuração de ordem funcional, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A Coordenação Geral de Contabilidade fica autorizada a realizar procedimentos e ajustes contábeis necessários ao encerramento do **exercício financeiro de 2020**.

Art. 12. Caberá ao Secretário Municipal de Finanças resolver os casos omissos e de dúvidas sobre o cumprimento destas normas.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timon-MA, 22 de Outubro de 2020; 129º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

Luciano Ferreira de Sousa
Prefeito Municipal

Registra-se a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, de acordo com art. 90 da Lei Orgânica do Município (LOM), c/c art. 5º da Lei Municipal nº 1821/2012 e art. 1º, inciso XIII, da Lei Municipal nº. 1383/2006.

João Batista Lima Pontes
Secretário Municipal de Governo
Portaria nº 01294/2020-GP

SEMUF

TERMO DE RESGATE DE AFORAMENTO

O MUNICÍPIO DE TIMON, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, representado neste ato pelo Sr. Secretário Municipal de Finanças, **MÁRIO VIEIRA DE ALENCAR FILHO**, através do **Decreto Nº 066 de 03 de**

outubro de 2017, publicado no Diário oficial do Município em 06.10.2017 de um lado, e, de outro **ANTONIO MANOEL DA SILVA FILHO** Pessoa física, inscrita no CPF: 590.105.333-87, RG: 1.416.192 SSP/PI, celebram entre si o presente **TERMO DE RESGATE DE AFORAMENTO**, de acordo com o Processo Administrativo nº 2737/2020 e consoante as cláusulas a seguir explicitadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O ajuste, ora feito, decorre do reconhecimento das partes da ocorrência dos requisitos necessários ao resgate de aforamento incidente sobre um terreno foreiro municipal constituído no Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de Timon cuja **CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR** apresenta: Matrícula: 23013, Averbação Nº 3, Protocolo Nº 112396, Data: 04/08/2020. Imóvel: Um terreno no Parque Piauí, situado na quadra 204 (duzentos e quatro), lote 02-A, medindo 10 (dez) metros de frente por 30 (trinta) metros de fundos, no total de 300 (trezentos) metros quadrados, nesta cidade, com os seguintes limites e dimensões: ao norte 10 metros com a Rua Adão Belarmino; ao sul 10 metros com o lote 12; ao leste 30 metros com o lote 03; e ao oeste 30 metros com parte do lote 02.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor firmado, para efeito de resgate do aforamento do imóvel citado, é equivalente a 3% (três por cento) sobre valor de mercado do imóvel, o qual corresponde a dez foros e um laudêmio, de acordo com a sistemática de cobrança da Divisão de ITBI/laudêmio, estes devidamente pagos conforme DAM (1000250,1000548).

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica reconhecido pelas partes que o imóvel descrito na Cláusula Primeira se encontra em terreno foreiro tendo sido o foro remido por conta do resgate do aforamento, conforme dispõe o art. 693 do Código Civil de 1916 c/c. o art. 2038 do Novo Código Civil, Decreto Nº 060/2017 GP e art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CLÁUSULA QUARTA: Fica autorizado o Cartório de Registro e Imóveis competente a lavrar a escritura de resgate de aforamento e/ou averbar nos seus registros o referido resgate de aforamento e, conseqüentemente, liberação do aforamento por cancelamento, nos termos do **art. 167, II, "2", da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**, bem como praticar qualquer ato para o bom e fiel cumprimento da vontade das partes neste Termo. E, por estarem as partes de pleno acordo em tudo que aqui se encontra disposto, assinam o presente TERMO DE COMPROMISSO, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada uma das partes. Timon, 28 de outubro de 2020. **MÁRIO VIEIRA DE ALENCAR FILHO**, Secretário Municipal de Finanças. **ANTONIO MANOEL DA SILVA FILHO** - Titular do Domínio Útil. **GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**, em 28 de outubro 2020.

Publique-se. Cumpra-se
Mário Vieira de Alencar Filho
Secretário Municipal de Finanças

RETIFICAÇÃO DE NOTA DE EMPENHO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
NOTA DE EMPENHO: 1019002/2020
DATA DO EMPENHO: 19/10/2020
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material de limpeza
VALOR: R\$ 247,97
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
CONTRATADA: F L SAMPAIO DE ABREU
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0264/2020
ONDE SE LÊ: VALOR R\$ 247,97
LEIA-SE: VALOR R\$ 329,00

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
CONTRATO Nº 007/2020.
LIBERAÇÃO 437/2020.
PREGÃO PRESENCIAL: 004/2020.
OBJETO: Aquisições de material de limpeza e higiene pessoal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8.666/1993.
CONTRANTE: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.
CONTRATADO: T L S DE ABREU EIRELI.
Valor: 1.645,00 (mil e seiscentos e quarenta e cinco reais).
DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2020.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
CONTRATO Nº 008/2020.

LIBERAÇÃO 435/2020.

PREGÃO PRESENCIAL: 004/2020.

OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8.666/1993.

CONTRANTE: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal.

CONTRATADO: F L Sampaio de Abreu.

Valor: R\$ 752,70 (setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2020.

REVOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 002/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 3072/2020

INTERESSADO: Município de Timon – MA, Secretaria de Municipal de Saúde.

OBJETO: Credenciamento de estabelecimentos especializado de saúde para prestação de serviços de realização de exames de hemodiálise em pacientes com suspeição ou confirmação de COVID19.

ATO: O Município de Timon/MA, por sua Secretaria Municipal de Saúde, que no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos Artigos 38, IX da Lei nº 8.666/93, c.c Art. 53 da Lei 9.784/99, ratifica parecer técnico e parecer jurídico que integra este termo; e considerando o poder de autotutela e discricionariedade da administração pública, conveniência e oportunidade, resolve REVOGAR o processo administrativo licitatório em epígrafe que deu origem ao Edital da Chamada Pública nº 002/2020. Timon/MA, 24 de setembro de 2020.



Assinado de forma digital
por MUNICIPIO DE
TIMON:06115307000114
DN: c=BR, st=MA, l=TIMON,
o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil -
RFB, ou=RFB e-CNPJ A3,
ou=AR CCN, cn=MUNICIPIO
DE TIMON:06115307000114
Dados: 2020.10.28 19:15:39
-03'00'